



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSULTORIA JURÍDICA**

Processo nº 8509534-34.2017.8.06.0000

Assunto: Contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa MAIS SERVIÇOS LTDA., com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

PARECER

Em evidência, o processo administrativo acima identificado que trata da contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa MAIS SERVIÇOS LTDA., para prestação de serviços comuns de manutenção e adequação predial em edificações do Poder Judiciário do Estado do Ceará, com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Instruem os autos os seguintes documentos:

a) Decisão da Presidência do TJ/CE que, acompanhando parecer da Consultoria Jurídica, determinou a rescisão administrativa do contrato anteriormente vigente (CT nº 42/2016), celebrado com a empresa INOVAH EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. ME, nos termos do art. 78, inciso I, da Lei nº 8.666/93 (fls. 03/09).

b) Termo de Referência e anexos (fls. 10/54);

c) Pesquisa de mercado (fls. 55/79);

d) Justificativa para contratação direta (fls. 182/186)

e) Solicitação de reserva orçamentária e a dotação (fls. 188 e 191/192);

f) Minuta do contrato (fls. 198/239).

É, no essencial, o relatório. Cumpre-nos opinar.

Preliminarmente, cumpre registrar que o âmbito de análise deste parecer se restringe aos aspectos legais do processo trazido a exame, pois não cabe a esta Consultoria Jurídica adentrar nos aspectos técnicos, econômicos, de conveniência e oportunidade da contratação ora pretendida, sob pena de usurpar competência que é própria do Administrador Público no exercício de seu mister.

Firmada essa breve premissa, passamos, nos tópicos seguintes, ao exame do vertente processo de dispensa de licitação e da minuta de contrato a ele vinculada, com o fito de verificar se os mesmos se encontram em consonância com os princípios e normas legais que lhes são pertinentes.

a) Da viabilidade da contratação direta, por dispensa de licitação, com arimo no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Como se sabe, a regra, no direito brasileiro, é a obrigatoriedade de prévia licitação para a contratação de bens e serviços pela Administração Pública, conforme se depreende a partir da leitura do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, *in verbis*:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá sempre aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações "(grifo nosso)

Nota-se, porém, que a própria Constituição Federal atribuiu competência ao legislador ordinário para definir hipóteses excepcionais em que é possível a contratação direta pela Administração Pública, sem a necessidade de prévia licitação.

Nesse sentido, regulamentando a ressalva contida na primeira parte do supracitado inciso XXI do art. 37 da CF/88, a Lei nº 8.666/93 estabelece, expressamente, em seus arts. 24 e 25, os casos em que a licitação é dispensável, embora possível, ou inexigível, por inviabilidade prática de competição no mercado.

Pois bem. No presente caso, como visto, sustenta-se o cabimento da contratação direta ora pretendida, tendo por base a hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, que assim dispõe:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

IV – nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência e da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Segundo a melhor doutrina, a situação de emergência de que trata o dispositivo retrocitado é aquela em que as circunstâncias do caso concreto reclamam pronta contratação do bem ou serviço pretendido pela Administração Pública, não se podendo esperar o tempo necessário à conclusão da licitação, sob pena de risco de dano ao erário ou comprometimento da segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos ou bens, públicos ou particulares. Nesse mesmo sentido, confira-se:

É (a emergência) caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. Quando a realização de licitação não é incompatível com a solução necessária, no momento preconizado, não se caracteriza a emergência (AMARAL, Antonio Carlos Cintra apud FIGUEIREDO, Lúcia Valle; FERRAZ, Sérgio. Dispensa e Inexigibilidade de

Pelo que consta dos autos, é exatamente esse tipo de emergência o que se nos apresenta na hipótese vertente, onde se verifica que várias edificações do Poder Judiciário do Estado do Ceará estão sem a necessária manutenção predial, desde que Contrato nº 42/2016, celebrado com a empresa INOVAH EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. ME, foi rescindido administrativamente pela Presidência do TJ/CE, nos termos do art. 78, inciso I, da Lei nº 8.666/93, e que não há tempo hábil para a instauração e conclusão de processo licitatório com tal propósito, sem o sério risco de comprometimento da integridade das edificações e da segurança dos seus usuários.

Merece, nesse ponto, ser transcrito o que disse área técnica sobre o risco que traz a eventual falta de tais serviços, *in verbis*:

É importante salientar a imprescindibilidade dos serviços objeto do contrato rescindido devido ao risco de danos irreparáveis à prestação jurisdicional, caso os serviços epígrafados venham a ser descontinuados. A manutenção predial descritas no Termo de Referência visa executar um conjunto de atividades para garantir a plena capacidade e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável dos ambientes de trabalho administrativo e judiciário, preservando as características e desempenhos, mantendo o estado de uso ou de operação, bem como a recuperação deste estado, e ainda preservar o patrimônio do Poder Judiciário Estadual.

Ressalto que os edifícios a serem atendidos são compostos de vários sistemas, máquinas e equipamentos que exigem conhecimentos técnicos especializados em manutenção predial, de forma a garantir seu perfeito funcionamento. Citamos abaixo alguns exemplos de grupos de serviços que fazem parte do objeto do Termo de Referência, bem como a enumeração dos possíveis danos ou transtornos, caso a contratação não seja efetivada:

a) manutenção em instalações elétricas em geral. A falta de manutenção desse grupo de estruturas pode acarretar diversos prejuízos aos cofres públicos, pois maximiza a probabilidade de ocorrerem surtos elétricos capazes de danificar equipamentos, bem como ocasionar incêndios em ambientes com materiais inflamáveis, pondo em risco servidores, jurisdicionados, acervo processual, dentre outros equipamentos e instalações;

b) manutenção em instalações hidráulica e hidrossanitária em geral. A falta de manutenção desse grupo de estruturas gera diversos transtornos para o regular desenvolvimento das atividades das unidades administrativas e judiciárias, tais como: entupimentos em lavatórios e sanitários, infiltrações, falta de água, dentre outros transtornos.

c) manutenção em redes de telefonia, dados e som. A falta de manutenção desse grupo de estruturas gera diversos transtornos, tais como: falta de comunicação das unidades com rede dados do TJCE, falta de comunicação de voz entre as unidades e a rede de telefonia do país, além de outros transtornos capazes de interferir no regular desenvolvimento das atividades jurisdicionais e administrativas.

d) manutenção de edifícios, abrangendo estruturas de concreto e metal, alvenaria, divisórias, forros, pisos, esquadrias, telhados, dentre outros. A falta de manutenção desse grupo de estruturas gera diversos transtornos, tais como: rachaduras nas paredes e tetos, infiltrações, aparecimento de ferrugem em grades e outras estruturas de ferro, colocando em risco à segurança física dos servidores e usuários.

e) adequação predial. Com vigência da Lei Estadual nº 16.208/2017, a qual trata da reestruturação administrativa do Poder Judiciário Estadual, faz necessário a adequação de diversos espaços físicos para acomodação das unidades criadas pelo referido normativo. Ressalto que a não realização dos serviços epígrafados, impossibilitará que as novas unidades desempenhem seu papel institucional.

Como se percebe, há uma necessidade pública, *in casu*, que precisa ser imediatamente atendida e não pode aguardar a conclusão do processo de licitação (a execução de serviços de manutenção e adequação predial em diversas edificações do Poder Judiciário do Estado do Ceará), uma vez que a interrupção da prestação dos serviços ora pretendidos implica em risco de danos irreparáveis (comprometimento da integridade das edificações e da segurança dos seus usuários).

Dá por que a realização de uma contratação emergencial se apresenta como a única alternativa viável na espécie, para evitar um sacrifício insuportável ao interesse público, como, *v.g.*, a paralisação de setores do Judiciário Cearense.

Oportuno lembrar, nesse diapasão, que se presume aqui que tanto a especificações técnicas, como os custos estimados para a realização de tal contratação, tenham sido regularmente determinados pela Secretaria de Administração e Infraestrutura

do TJ/CE, com base no melhor atendimento ao interesse público a ser tutelado.

Isso porque, como é cediço, o tratamento de tais questões compõe, indiscutivelmente, a parcela de discricionariedade que norteia a atuação do Administrador Público no exercício de seu mister, cabendo-lhe decidir quais os melhores meios técnicos de suprir as necessidades públicas, dentre as opções disponíveis.

Feitas essas ponderações e avançando na análise do feito, verifica-se que, na pesquisa de mercado anexa, foi a empresa MAIS SERVIÇOS LTDA. a que apresentou a melhor proposta de preços, nas condições previamente estabelecidas pela área técnica, o que legitimou a decisão por sua escolha no presente caso.

Por outro lado, é de se ressaltar, outrossim, que a contratação direta ora pretendida deverá perdurar apenas pelo tempo estritamente necessário à conclusão de processo licitatório específico a ser instaurado para esse fim, havendo de ser observado, em todo caso, o prazo máximo de 180 (cento e oitenta), conforme previsão legal.

À luz de tais considerações, encontra-se, por conseguinte, evidenciada nos autos a ocorrência de situação emergencial que autoriza a contratação direta, por dispensa de licitação, na forma do art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Esclarecida tais questões, e verificando-se, ademais, que o processo de dispensa de licitação *sub examine* obedece todas as formalidades legais cabíveis na espécie, em especial aquelas de que trata o art. 26 da Lei nº 8.666/93, resta-nos, pois, apenas a análise prévia da minuta de contrato em anexo. É o que faremos adiante.

b) Da análise prévia da minuta do contrato.

Examinando-se acuradamente aludida minuta, verifica-se que nela estão expressas, em redação clara e precisa, as chamadas cláusulas necessárias, previstas no art. 55 da Lei nº 8.666/93, que são obrigatórias em todos os contratos administrativos e dispõem sobre: a legislação aplicável à espécie; a finalidade da contratação e seus elementos característicos; as obrigações das partes; as condições e os prazos para a execução dos serviços; a dotação orçamentária; o preço contratado e as condições de pagamento; o prazo de vigência; a garantia contratual; as penalidades cabíveis, dentre outras que complementam as condições de execução da avença.

Temos, portanto, que a minuta ora analisada atende às exigências legais.


Lembramos, por fim, que, antes de concluído o processo de contratação em tela, deve a área técnica verificar a regularidade da documentação apresentada pela empresa a ser contratada, tomando as medidas necessárias para o saneamento de eventual pecha porventura detectada. Feito isso e assinado o contrato pelas partes, deve ainda ser providenciada sua publicação resumida na imprensa oficial, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Conclusão

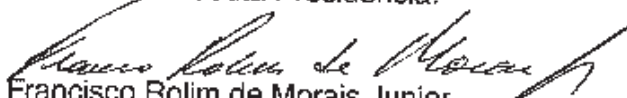
Ante todo o exposto, e ressalvando-se, mais uma vez, que os aspectos de conveniência e oportunidade não estão sob o crivo desta Consultoria Jurídica, estamos de acordo com a contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa MAIS SERVIÇOS LTDA., com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, desde que atendidas as recomendações constantes deste parecer.

À superior consideração.

Fortaleza, 22 de Junho de 2017


Alexandre Diogo de Saboya Cruz
Assessor Jurídico

De acordo. À douta Presidência.


Francisco Rolim de Moraes Junior
Consultor Jurídico



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Processo nº 8509534-34.2017.8.06.0000

Assunto: Contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa MAIS SERVIÇOS LTDA., com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

R.h.

Aprovo o parecer, que desta decisão passa a ser integrante.

Por conseguinte, autorizo a celebração do Contrato nº 24/2017 com a empresa MAIS SERVIÇOS LTDA, nos termos da minuta apresentada, devendo a Coordenadoria Central de Contratos e Convênios providenciar a coleta das assinaturas devidas.

Exp. nec.

Fortaleza-CE, 22 Junho de 2017


Desembargador FRANCISCO GLADYSON PONTES
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará